

Nasceu e viveu em Königsberg, Prússia Oriental, e teve uma vida tranquila

- Foi professor da universidade local e procurou responder a quatro questões fundamentais
- O que posso saber?
- Como devo agir?
- O que posso esperar?
- O que é o ser humano?

Maioridade da Razão

- O que é Esclarecimento?
- Possibilidade de nos guiarmos pela nossa própria Razão sem sermos enganados por crenças, tradições ou preconceitos
- A maioridade seria o momento no qual tomamos consciência de nossa autonomia que fundamentaria nossa forma de agir, com Razão e Liberdade
- O agir humano seria a Ética sempre orientada ao Bem Comum

Conhecimento

- Ato de conhecer: conhecimento empírico e conhecimento puro
- Conhecimento empírico ou a posteriori: fornecido pelos sentidos e posterior à experiência
- Conhecimento puro ou a priori: não depende dos sentidos e é anterior à experiência; é uma operação racional e universal, além de necessário, nos apresentando juízos universais e necessários

Juízos

- Analítico: o predicado está contido no sujeito ou o predicado é deduzido do sujeito; seria o juízo elucidativo; exemplo: triângulo e seus três lados

- Sintético: o predicado não está contido no sujeito; o predicado acrescenta algo novo ao sujeito, ampliando o conhecimento; juízos de ampliação

Valor dos juízos

- Analítico: universal e necessário, mas só torna mais claro o que já se conhece sobre o sujeito
- Sintético a posteriori: amplia o conhecimento, mas isso está restrito ou condicionado ao tempo e espaço da experiência; não é universal e nem necessário
- Sintético a priori: amplia o conhecimento sobre o sujeito e lhe acrescenta algo, além de ser universal e necessário, sendo, para Kant, o juízo mais importante e expresso, por exemplo, na Matemática e na Física

Sentir e conhecer

- Kant deduziu que existem formas de experiências (formas a priori da sensibilidade) e formas que determinam o entendimento (formas a priori do entendimento)
- Formas a priori da sensibilidade: tempo e espaço como intuições puras que nos permitem as experiências sensoriais
- Formas a priori do entendimento: são as categorias, conceitos puros e a priori, como causa, necessidade, relação, dentre outros
- Conhecimento
- Interação entre o sujeito que conhece e o objeto conhecido
- No entanto, não podemos conhecer a coisa em si mesma ou o ser em si
- Só conhecemos as coisas como as percebemos ou o ser para nós, os fenômenos

- Partindo disso, Kant supera o Racionalismo e o Empirismo ao provar que o conhecimento é o resultado da sensibilidade (dados dos objetos) e do entendimento (determinação das condições com as quais o objeto é pensado)
- Revolução Copernicana de Kant: os objetos são, agora, regulados por nosso conhecimento
- A razão, assim, se aproxima da natureza não como um aluno que ouve tudo aquilo que o professor se decide a dizer, mas como um juiz que obriga a testemunha a responder a questões que ele mesmo formulou.

Crítica da Razão Pura

- Apriorismo kantiano
- O conhecimento começa com a experiência, mas esta é insuficiente para nos fornecer conhecimento
- Descobriu que o ser humano a priori possui estruturas denominadas de formas da sensibilidade e do entendimento
- A experiência nos fornece a matéria do conhecimento e a razão organiza essa matéria com suas estruturas a priori

Estética crítica da faculdade do juízo

- Juízo estético: há uma capacidade subjetiva e pessoal com aspectos universais de percepção
- A estrutura sensível, os órgãos dos sentidos, e a imaginação humana tornam possíveis a percepção estética e a universalidade das leituras estéticas
- Esse juízo é guiado pela faculdade da imaginação e não pela razão
- Belo é aquilo que nos causa prazer e, por isso, é algo subjetivo
- Ainda assim, quando dizemos que algo é belo esperamos que as demais pessoas concordem – há, aqui, uma pretensão de

universalidade com relação ao que julgamos belo

- Fundamento do juízo do gosto: vínculo entre o belo e o sentimento de prazer

Estética

- Valores da beleza: reconciliação entre razão e imaginação
- A contemplação estética aparece penetrada por valores do espírito
- Além disso, é uma finalidade sem fim, a beleza nos satisfaz de forma desinteressada, uma satisfação sensível e sem egoísmo que nos liberta e arrebatada

Moral de Kant

- É no domínio da moral que a razão se manifesta
- A razão teórica precisa da experiência para não se perder na metafísica
- A razão prática (ética), por sua vez, deve ultrapassar a experiência para ser ela própria o empírico
- Vale dizer que tudo o que provém da sensibilidade não é da esfera da moral, pois tudo o que tem por fim o prazer e a felicidade dependem das flutuações da minha natureza e, portanto, não tem caráter universal
- O imperativo moral não é um imperativo hipotético submetendo o bem ao desejo, mas é, de fato, um imperativo categórico e incondicional, independente das flutuações de nossa natureza
- Cumpre teu dever incondicionalmente...
- O que é o dever?
- As leis da Razão não recebem conteúdo da experiência, pois expressam a autonomia da razão pura prática e as regras morais só podem existir na forma de leis
- Age de tal maneira que a máxima de tua ação possa ser erigida em regra universal

- Age sempre de maneira a tratares a humanidade em ti e nos outros sempre ao mesmo tempo como um fim e jamais como um simples meio; o princípio do dever não é uma heteronomia, diz Kant
- Age como se fosses ao mesmo tempo legislador e súdito na república das vontades; reciprocidade de direitos e de obrigações
- O respeito teria um valor moral na ética racionalista de Kant porque é produzido pela própria lei moral
- Ele nos realiza como seres racionais que obedecem à lei moral
- A ética de Kant é formal e não propõe um ato concreto, mas autoriza ou proíbe um ou outro ato
- O imperativo categórico seria, portanto, um proibitivo categórico
- Exemplo: mentir porque todos mentem

Rigorismo kantiano

- A moral de Kant desconfia da natureza humana e seus instintos, do passional, do passivo e da valorização do empírico, daquilo que é, na sua obra, patológico
- O domínio moral não é natural (submissão do animal aos instintos) e nem santo (a graça nos atraindo para os valores morais), mas um esforço para submetermos a natureza humana às exigências racionais do dever

Ética do dever

- Razão legisladora que elabora normas universais
- A moral, portanto, se origina na razão que expressa a natureza racional da natureza humana
- Dever e Liberdade são complementares já que aquele que obedece a uma norma moral obedece a própria liberdade da razão

- A legalidade da norma moral e a sujeição que ela nos coloca é garantida pelas escolhas dos próprios indivíduos racionais
- Todo ato praticado de forma autônoma, consciente e por dever

Ato moral

- Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal
- Metafísica dos costumes
- Imperativo categórico
- É a lei universal, uma norma imperativa que deve ser observada em toda e qualquer ação ou ato moral
- Nossa vontade sofre a influência das inclinações (o que não é racional) e não só pela influência da razão
- Devemos, portanto, buscar a boa vontade – a vontade guiada pela razão
- O dever como norma universal, sem considerar as condições individuais diante desse dever

Ética formal

- Indica a forma correta, o imperativo categórico, sem indicar seu conteúdo ou nos dizer como agir de forma concreta
- Kant

Exercícios:

1. (ENEM) – Até hoje admitia-se que nosso conhecimento se devia regular pelos objetos; porém, todas as tentativas para descobrir, mediante conceitos, algo que ampliasse nosso conhecimento malogravam-se com esse pressuposto. Tentemos, pois, uma vez, experimentar se não se resolverão melhor as tarefas da metafísica, admitindo que os objetos se deveriam regular pelo nosso conhecimento. (KANT, I. Crítica da razão pura. Lisboa: Calouste-Guibenkian, 1994 [adaptado].)

O trecho em questão é uma referência ao que ficou conhecido como revolução copernicana da filosofia. Nele, confrontam-se duas posições filosóficas que:

- Assumem pontos de vista opostos acerca da natureza do conhecimento.
- Defendem que o conhecimento é impossível, restando-nos somente o ceticismo.
- Revelam a relação de interdependência entre os dados da experiência e a reflexão filosófica.
- Apostam, no que diz respeito às tarefas da filosofia, na primazia das ideias em relação aos objetos.
- Refutam-se mutuamente quanto à natureza do nosso conhecimento e são ambas recusadas por Kant.

2. (Enem) – Uma pessoa vê-se forçada pela necessidade a pedir dinheiro emprestado. Sabe muito bem que não poderá pagar, mas vê também que não lhe emprestarão nada se não prometer firmemente pagar em prazo determinado. Sente a tentação de fazer a promessa; mas tem ainda consciência bastante para perguntar a si mesma: não é proibido e contrário ao dever livrar-se de apuros desta maneira? Admitindo que se decida a fazê-lo, a sua máxima de ação seria: quando julgo estar em apuros de dinheiro, vou pedi-lo emprestado e prometo pagá-lo, embora saiba que tal nunca sucederá. KANT, I. Fundamentação da metafísica dos costumes. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

De acordo com a moral kantiana, a “falsa promessa de pagamento” representada no texto:

- assegura que a ação seja aceita por todos a partir da livre discussão participativa.
- garante que os efeitos das ações não destruam a possibilidade da vida futura na terra.
- opõe-se ao princípio de que toda ação do homem possa valer como norma universal.
- materializa-se no entendimento de que os fins da ação humana podem justificar os meios.
- permite que a ação individual produza a mais ampla felicidade para as pessoas envolvidas.

3. (Enem) – Os ricos adquiriram uma obrigação relativamente à coisa pública, uma vez que devem sua existência ao ato de submissão à sua proteção e zelo, o que necessitam para viver; o Estado então fundamenta o seu direito de contribuição do que é deles nessa obrigação, visando a manutenção de seus concidadãos. Isso pode ser realizado pela imposição de um imposto sobre a propriedade ou a atividade comercial dos cidadãos, ou pelo estabelecimento de fundos e de uso dos juros obtidos a partir deles, não para suprir as necessidades do Estado (uma vez que este é rico), mas para suprir as necessidades do povo. KANT, I. A metafísica dos costumes. Bauru: Edipro, 2003.

Segundo esse texto de Kant, o Estado:

- deve sustentar todas as pessoas que vivem sob seu poder, a fim de que a distribuição seja paritária.
- está autorizado a cobrar impostos dos cidadãos ricos para suprir as necessidades dos cidadãos pobres.
- dispõe de poucos recursos e, por esse motivo, é obrigado a cobrar impostos idênticos dos seus membros.
- delega aos cidadãos o dever de suprir as necessidades do Estado, por causa do seu elevado custo de manutenção.
- tem a incumbência de proteger os ricos das imposições pecuniárias dos pobres, pois os ricos pagam mais tributos.

4. Fraqueza e covardia são as causas pelas quais a maioria das pessoas permanece infantil mesmo tendo condição de libertar-se da tutela mental alheia. Por isso, fica fácil para alguns exercer o papel de tutores, pois muitas pessoas, por comodismo, não desejam se tornar adultas. Se tenho um livro que pensa por mim; um sacerdote que dirige minha consciência moral; um médico que me prescreve receitas e, assim por diante, não necessito preocupar-me com minha vida. Se posso adquirir orientações, não necessito pensar pela minha cabeça: transfiro ao outro esta penosa tarefa de pensar. Fonte: I. Kant, O que é a ilustração. In: F. Weffort (org). Os clássicos da política, v. 2, 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2006. Esse fragmento compõe o livro de Kant que trata da importância da(o)

- a) juízo.
- b) razão.
- c) cultura.
- d) costume.
- e) experiência.

5. No texto Que é “Esclarecimento”? (1783), o que significa, conforme Kant, a saída do homem da menoridade da qual ele mesmo é culpado?

- a) O uso da razão crítica, exceto quando se tratar de doutrinas religiosas.
- b) A capacidade de aceitar passivamente a autoridade científica ou política.
- c) A liberdade para executar desejos e impulsos conforme a natureza instintiva do homem.
- d) A coragem de ser autônomo, rejeitando, portanto, qualquer condição tutelar.
- e) O alcance da idade apropriada para uso da racionalidade subjetiva.

6. Leia o texto a seguir.

As leis morais juntamente com seus princípios não só se distinguem essencialmente, em todo o conhecimento prático, de tudo o mais onde haja um elemento empírico qualquer, mas toda a Filosofia moral repousa inteiramente sobre a sua parte pura e, aplicada ao homem, não toma emprestado o mínimo que seja ao conhecimento do mesmo (Antropologia). KANT, I.

Fundamentação da Metafísica dos Costumes.

Trad. de Guido A. de Almeida. São Paulo: Discurso Editorial, 2009. p.73.

Com base no texto e na questão da liberdade e autonomia em Immanuel Kant, assinale a alternativa correta.

- a) A fonte das ações morais pode ser encontrada através da análise psicológica da consciência moral, na qual se pesquisa mais o que o homem é, do que o que ele deveria ser.
- b) O elemento determinante do caráter moral de uma ação está na inclinação da qual se origina, sendo as inclinações serenas moralmente mais perfeitas do que as passionais.
- c) O sentimento é o elemento determinante para a ação moral, e a razão, por sua vez, somente pode dar uma direção à presente inclinação, na medida em que fornece o meio para alcançar o que é desejado.
- d) O ponto de partida dos juízos morais encontra-se nos “propulsores” humanos naturais, os quais se direcionam ao bem próprio e ao bem do outro.
- e) O princípio supremo da moralidade deve assentar-se na razão prática pura, e as leis morais devem ser independentes de qualquer condição subjetiva da natureza humana.

7. “Como toda lei prática representa uma ação possível como boa e por isso como necessária para um sujeito praticamente determinável pela razão, todos os imperativos são fórmulas da determinação da ação que é necessária segundo o princípio de uma vontade boa de qualquer maneira. No caso da ação ser apenas boa como meio para qualquer outra coisa, o imperativo é hipotético; se a ação é representada como boa em si, por conseguinte, como necessária numa vontade em si conforme à razão como princípio dessa vontade, então o imperativo é categórico”. Kant.

Considerando o pensamento ético de Kant e o texto acima, é correto afirmar que

- a) o imperativo hipotético representa a necessidade prática de uma ação como subjetivamente necessária para um ser determinável pelas inclinações.

- b) o imperativo categórico representa a necessidade prática de uma ação como meio para se atingir um fim possível ou real.
- c) os imperativos (hipotético e categórico) são fórmulas de determinação necessária, segundo o princípio de uma vontade que é boa em si mesma.
- d) o imperativo categórico representa a ação como boa em si mesma e como necessária para uma vontade em si conforme a razão.
- e) o imperativo hipotético declara a ação como objetivamente necessária independentemente de qualquer intenção ou finalidade da ação.

8. Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento. A preguiça e a covardia são as causas pelas quais uma tão grande parte dos homens, depois que a natureza de há muito os libertou de uma condição estranha, continuam, no entanto, de bom grado menores durante toda a vida. KANT, I. Resposta à pergunta: o que é esclarecimento? Petrópolis: Vozes, 1985 (adaptado).

Kant destaca no texto o conceito de Esclarecimento, fundamental para a compreensão do contexto filosófico da Modernidade. Esclarecimento, no sentido empregado por Kant, representa:

- a) a reivindicação de autonomia da capacidade racional como expressão da maioridade.
- b) o exercício da racionalidade como pressuposto menor diante das verdades eternas.
- c) a imposição de verdades matemáticas, com caráter objetivo, de forma heterônoma.
- d) a compreensão de verdades religiosas que libertam o homem da falta de entendimento.
- e) a emancipação da subjetividade humana de ideologias produzidas pela própria razão.

9. No texto Que é “Esclarecimento”? (1783), o que significa, conforme Kant, a saída do homem da menoridade da qual ele mesmo é culpado?

- a) O uso da razão crítica, exceto quando se tratar de doutrinas religiosas.
- b) A capacidade de aceitar passivamente a autoridade científica ou política.
- c) A liberdade para executar desejos e impulsos conforme a natureza instintiva do homem.
- d) A coragem de ser autônomo, rejeitando, portanto, qualquer condição tutelar.
- e) O alcance da idade apropriada para uso da racionalidade subjetiva.

10. Um Estado é uma multidão de seres humanos submetida a leis de direito. Todo Estado encerra três poderes dentro de si, isto é, a vontade unida em geral consiste de três pessoas: o poder soberano (soberania) na pessoa do legislador; o poder executivo na pessoa do governante (em consonância com a lei) e o poder judiciário (para outorgar a cada um o que é seu de acordo com a lei) na pessoa do juiz. KANT, I. A metafísica dos costumes. Bauru: Edipro, 2003.

De acordo com o texto, em um Estado de direito:

- a) a vontade do governante deve ser obedecida, pois é ele que tem o verdadeiro poder.
- b) a lei do legislador deve ser obedecida, pois ela é a representação da vontade geral.
- c) o Poder Judiciário, na pessoa do juiz, é soberano, pois é ele que outorga a cada um o que é seu.
- d) o Poder Executivo deve submeter-se ao Judiciário, pois depende dele para validar suas determinações.
- e) o Poder Legislativo deve submeter-se ao Executivo, na pessoa do governante, pois ele que é soberano.

Gabarito:

1. A. A revolução de Kant foi conseguir superar as diferenças entre o racionalismo e o Empirismo, formas típicas de pensamento dos séculos XVI ao XVIII.
2. C. Ao agir de forma incorreta e não verdadeira, o indivíduo rompe a validação universal das ações que tendem, obrigatoriamente, para a verdade que deve valer para todos.
3. B. O Estado tem o direito de cobrar os mais ricos para ajudar aos mais pobres por conta de tudo aquilo que o próprio Estado garante aos mais ricos, como, por exemplo, o seu direito à propriedade.
4. B. Para Kant, a razão é a única forma de conseguirmos nossa liberdade, autonomia ou maioria.
5. D. O uso da razão, o fim da tutela dos outros sobre nós, nos dá condição de escolhermos o que é necessário e verdadeiro, segundo os critérios da própria razão.
6. E. A moral, em Kant, tem origem na razão humana e não em situações subjetivas e particulares.
7. D. É a lei universal, uma norma imperativa que deve ser observada em toda e qualquer ação ou ato moral.
8. A. A maioria significa que as ações humanas seriam racionais e universais, não mais particulares, subjetivas e arbitrárias.
9. D. A coragem da maioria da razão humana pode ser vista na frase – Ousai pensar!
10. B. O legislador, que cria leis segundo a razão, expressa a vontade geral, ideia que se aproxima da filosofia de Rousseau.